

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

# TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto 1

Uma revista de Educação mostrava o seguinte segmento:

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas, afluentes de rios ou a morfologia dos insetos para ter depois seus conhecimentos testados e avaliados por notas que não diferenciam as vocações ou interesses individuais. É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

### 1

Entre as ideias defendidas no texto 1, a única que NÃO está presente é:

- (A) a criatividade deve ser priorizada nos modelos pedagógicos;
- (B) as notas dadas às provas não visam aos interesses pessoais;
- (C) o ensino teórico é uma decorrência dos exames vestibulares;
- (D) os exames vestibulares não avaliam com critérios válidos;
- (E) alguns tópicos tradicionais do ensino são inúteis nos exames vestibulares.

### 2

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas...”; o gerúndio “obrigando” (texto 1) poderia ser adequadamente substituído pela seguinte forma desenvolvida:

- (A) e obrigam;
- (B) e para obrigar;
- (C) mesmo que obriguem;
- (D) quando obrigam;
- (E) à medida que obrigam.

### 3

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular...”; esse segmento (texto 1) mostra uma forma de voz passiva - “são direcionados” - sem que haja menção do agente dessa ação.

O pensamento abaixo em que há uma forma de voz passiva com a indicação do agente é:

- (A) “A natureza só é comandada se é obedecida”;
- (B) “Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido”;
- (C) “O mundo será julgado pelas crianças. O espírito da infância julgará o mundo”;
- (D) “Existe alguma religião cujos fiéis possam ser apontados como nitidamente mais amáveis e dignos de confiança do que os de qualquer outra?”;
- (E) “A sabedoria não pode ser transmitida. A sabedoria que um sábio tenta transmitir soa mais como loucura”.

### 4

“É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

Nesse segmento do texto 1, há a correta utilização da expressão “ao invés de”, que é muitas vezes confundida com “em vez de”.

A frase abaixo em que se deveria empregar “em vez de” em lugar de “ao invés de” é:

- (A) O pai decidiu matricular o filho numa escola pública ao invés de uma privada;
- (B) Não é de hoje que as escolas brasileiras preferem o retrocesso ao invés do progresso;
- (C) Muitos professores dão destaque à teoria ao invés de priorizar a prática;
- (D) Os livros didáticos utilizam imagens ao invés de textos;
- (E) As escolas utilizam processos de avaliação rápidos ao invés de processos mais lentos e mais eficientes.

### Texto 2

“Nós conhecemos você tanto quanto você nos conhece.

E não há nada melhor que isso: confiança.

O que nos move é você. Seu jeito de ser, o que valoriza.

Faz sentido pra você, faz sentido pra gente.

A gente veste a sua camisa”.

Esse texto está fixado na parede de uma loja de roupas masculinas e funciona como um texto publicitário da loja.

### 5

A finalidade principal do texto 2 é:

- (A) indicar a sofisticação dos produtos da loja por meio de uma linguagem formal;
- (B) mostrar a preocupação da loja com o que o cliente veste;
- (C) demonstrar a informalidade no atendimento;
- (D) produzir proximidade social entre loja e cliente;
- (E) destacar o fácil acesso do cliente à loja.

### 6

Sobre a estruturação geral do texto 2, a afirmação INADEQUADA é:

- (A) os pronomes “Nós” e “você” (linha 1) se referem, respectivamente, à loja e ao cliente potencial;
- (B) na linha 2, o pronome “isso” deveria ser substituído por “isto”;
- (C) o vocábulo “confiança” mostra a referência do pronome “isso”;
- (D) a frase final do texto mostra ambiguidade intencional;
- (E) a expressão “a gente” equivale perfeitamente ao pronome “nós”.

**7**

Uma editora paulista mostra o seguinte texto publicitário na agenda que entrega a clientes e amigos:

**DA SEMENTE AO LIVRO**

Sustentabilidade por todo o caminho

Plantar florestas – A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e recupera áreas ambientais degradadas.

Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) o “caminho” presente no título é o que vai “da semente ao livro”;
- (B) o segmento “Plantar florestas” mostra a finalidade da editora;
- (C) a expressão “ou seja” corrige um possível erro de interpretação;
- (D) o termo “Essa prática” se refere ao “desmatamento”;
- (E) a editora mostra preocupação com a poluição e o desemprego.

**8**

Na orelha do livro “A Bíblia: uma biografia” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2007), aparece o seguinte texto:

“A principal função da Bíblia, no entanto, ao longo de sua demorada gestação, não foi apoiar doutrinas e crenças particulares [...]. A produção de uma escritura sagrada consistiu antes em atividade contínua, um processo que buscava introduzir milhares de pessoas à transcendência”.

A informação abaixo que NÃO pode ser depreendida da leitura desse texto é:

- (A) o termo “no entanto” indica que esse segmento não é a parte inicial do texto;
- (B) o texto contraria a ideia de ser a Bíblia a base de apoio a doutrinas e crenças;
- (C) o termo “antes” indica um momento anterior de produção da Bíblia;
- (D) o termo “processo” retoma “atividade contínua”;
- (E) o verbo “introduzir” se refere a uma nova atividade para as pessoas.

**Texto 3**

“Hoje, em todo o mundo, cerca de 550 milhões de pessoas estão conectadas à Internet – quase 9 milhões delas no Brasil. Quando a rede de computadores começou a popularizar-se, dez anos atrás, os apocalípticos de plantão, sempre eles, logo alardearam que os efeitos colaterais mais nefastos desse fenômeno seriam o isolamento e a alienação. Que as pessoas deixariam de relacionar-se, que se tornariam ainda mais sedentárias, que teriam o seu cotidiano moldado por uma espécie de irrealidade digital, que emburreceriam, e por aí vai”. (Veja, 03/03/2004, p. 85)

**9**

Argumentativamente, o texto 3:

- (A) condena indiretamente a Internet, mostrando ironicamente argumentos contra ela;
- (B) parte de uma afirmação inicial indiscutível para, em seguida, explicitar alguns de seus termos;
- (C) mostra que algumas críticas apressadas se tornam ridículas com o passar do tempo;
- (D) procura historicamente justificar algumas críticas contra a Internet;
- (E) critica as pessoas que, usando a Internet, se afastam do convívio social.

**10**

O texto 3 traz uma série de vocábulos e expressões que revelam uma interferência do autor em oposição crítica; o termo abaixo que marca inicialmente essa oposição é:

- (A) “popularizar-se”;
- (B) “apocalípticos de plantão”;
- (C) “sempre eles”;
- (D) “alardearam”;
- (E) “efeitos colaterais”.

**Texto 4**

Na página inicial de uma prova, entre as instruções gerais, estava escrito:

“Será eliminado sumariamente do processo seletivo e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

- i) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
- ii) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
- iii) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
- iu) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o indicado para esse fim;
- u) cometer um ato grave de indisciplina”.

**11**

Uma outra forma, mais conveniente, de redigirem-se as duas primeiras linhas do texto 4 é:

- (A) As provas não serão levadas em consideração e será eliminado sumariamente do processo seletivo, o candidato que:
- (B) O candidato não terá suas provas levadas em consideração e será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que:
- (C) Será eliminado sumariamente do processo seletivo (as suas provas não serão levadas em consideração), o candidato que:
- (D) Será eliminado sumariamente do processo seletivo o candidato que:
- (E) Será eliminado do processo seletivo e as provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

**12**

No texto 4, entre as situações apontadas como causadoras da eliminação do candidato, uma apresenta caráter subjetivo, ou seja, pode depender de uma opinião, que é:

- (A) a opção (i);
- (B) a opção (ii);
- (C) a opção (iii);
- (D) a opção (iu);
- (E) a opção (u).

**Texto 5**

A Prefeitura de Salvador faz divulgação de seu Festival da Virada em conhecidas revistas. O texto da publicidade diz o seguinte:

Festa que vira atração de 460 mil turistas,  
Que vira 98% de ocupação hoteleira,  
Que vira milhares de empregos,  
Que vira 500 milhões de reais na economia.  
Que virada!  
Obrigado, Salvador!

**13**

A estruturação do texto 5 só NÃO compreende:

- (A) paralelismo sintático entre as frases;
- (B) jogo de palavras virar/virada;
- (C) quantificação dos benefícios do festival;
- (D) ambiguidade do substantivo “virada”;
- (E) atribuição de voz à população de Salvador.

**14**

Os benefícios citados no texto publicitário (texto 5) se inserem nos espaços:

- (A) econômico e social;
- (B) social e histórico;
- (C) histórico e político;
- (D) político e ideológico;
- (E) ideológico e econômico.

**15**

A revista *Época* de 14/01/2019 fez uma reportagem sobre o presidente americano Donald Trump e redigiu a chamada para a leitura do texto do seguinte modo:

“O presidente americano vai à TV defender a construção do muro entre os EUA e o México e prolonga o que está próximo de ser a mais extensa paralisação do governo na história”.

Sobre a estruturação gramatical desse texto, é correto afirmar que:

- (A) em lugar de “vai à TV” deveria estar “vai na TV”;
- (B) antes do infinitivo “defender” poderia ser colocado o conectivo “para que”, sem alteração das demais palavras do texto;
- (C) em “a construção do muro” e “paralisação do governo”, o emprego da preposição “de” é exigido por termo anterior;
- (D) após a palavra “México” deveria haver uma vírgula;
- (E) o vocábulo “paralisação” deveria estar grafado “paralização”.

**16**

Uma editora acaba de lançar o livro “Os Meninos da Caverna”, que conta a dramática história do resgate de um time de futebol juvenil que ficou dezoito dias preso em uma caverna na Tailândia.

A capa do livro traz o seguinte texto:

“O passeio de um sábado à tarde que durou dezoito dias preocupou o mundo e mobilizou mil pessoas em um resgate quase impossível na Tailândia”.

O problema estrutural desse pequeno texto da capa é:

- (A) a má seleção vocabular do termo “passeio”;
- (B) a possível ambiguidade do termo “na Tailândia”;
- (C) a inclusão de exageros evidentes para atrair o leitor;
- (D) a presença de várias formas verbais com o mesmo sujeito;
- (E) a ausência de vírgula após “mil pessoas”.

**17**

Na divulgação do livro *“Os Meninos da Caverna”*, aparece o seguinte texto:

*“Os Meninos da Caverna* vai muito além do resgate espetacular, mergulhando na origem dos Javalis Selvagens [nome do time de futebol] e visitando o contexto político, social e religioso do país. Traz, ainda, os cenários do Sudeste Asiático e destrincha por que o time se tornou um dos símbolos de solidariedade mundial, em uma história capaz de desviar as atenções de uma Copa do Mundo”.

Entre as qualidades apontadas no texto acima, só NÃO aparece citado o seguinte valor:

- (A) aspectos históricos;
- (B) descrições paisagísticas;
- (C) interpretação de alguns fatos;
- (D) ausência de intervenção do divulgador;
- (E) narrativa de ação.

**18**

No início de um comentário na revista *Época*, 14/01/2019, o jornalista Helio Gurovitz diz:

“Nenhum presidente de empresa privada acumula tanto poder, controla tantos destinos, atrai tanta inveja. Nenhum outro posto da administração pública sofre tanta pressão, recebe tanto escrutínio, é alvo de tantos ataques. Nenhum emprego tem, simultaneamente, tamanha força e fragilidade. É o pior emprego do mundo”. Assim o cargo do ministro Paulo Guedes é definido pelo jornalista Thomas Traumann em *O pior emprego do mundo*, lançado no meio da campanha eleitoral do ano passado.

O texto segue uma estrutura de suspense construída da seguinte forma:

- (A) cita inicialmente características para depois mencionar o objeto caracterizado;
- (B) utiliza primeiramente aspectos gerais para depois concretizá-los;
- (C) mostra aspectos contraditórios para depois esclarecê-los;
- (D) qualifica determinado cargo para depois justificar as qualificações;
- (E) constrói uma sequência de frases para depois resumi-las numa só afirmativa.

**Texto 6**

Um texto de divulgação de um novo romance diz o seguinte:

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão. Ao que parece, tentaram matá-lo, mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali. Muito menos de seu passado recente. Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta. Essa dolorosa ausência imperceptível é a brecha para dar vazão à sua revolta com o mundo contemporâneo e começar uma nova vida. Entre seus planos: executar criminosos intocados pela Justiça e escrever um best-seller. Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque”.

(*Época*, 14/01/2019, p. 37)

**19**

Muitos segmentos do texto 6 podem ser reescritos sem modificação de seu sentido ou alteração na correção; a frase em que ocorre modificação ou erro é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda ferido gravemente no meio de um lixão;
- (B) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda, no meio de um lixão, gravemente ferido;
- (C) “Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque” / Mas uma paixão arrebatadora e verdadeira coloca tudo em xeque;
- (D) “mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali” / mas dos fatos que o levaram até ali ele não se recorda;
- (E) “Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta” / Se houvesse alguém para sentir sua falta, seria dado como desaparecido.

**20**

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 6).

O mesmo ocorre em:

- (A) casa / casarão;
- (B) papel / papelão;
- (C) homem / homenzarrão;
- (D) pacote / pacotão;
- (E) cão / canzarrão.

**21**

O segmento do texto 6 em que a forma de apassivação é INADEQUADA é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido” / Um homem é acordado gravemente ferido;
- (B) “para sentir sua falta” / para sua falta ser sentida;
- (C) “para dar vazão” / para ser dada vazão”;
- (D) “começar uma nova vida” / uma nova vida ser começada;
- (E) “executar criminosos” / criminosos serem executados.

**22**

A opção abaixo que mostra uma substituição semântica corretamente realizada, a partir de segmentos do texto 6, é:

- (A) “passado recente” / passado ainda não esquecido;
- (B) “ausência imperceptível” / ausência despercebida;
- (C) “mundo contemporâneo” / mundo em evolução;
- (D) “nova vida” / vida recente;
- (E) “criminosos intocados” / criminosos não punidos.

**23**

Numa entrevista com a pesquisadora Moira Weigel, ocorre o seguinte diálogo:

— Qual a definição de politicamente correto?

— Para mim, politicamente correto é um sinônimo de educação. Essa é minha definição. Para outras pessoas, críticas do conceito, politicamente correto quer dizer algo ruim, uma espécie de censura que impede que as pessoas falem livremente sobre todos os assuntos”.

A frase abaixo em que a afirmação feita está de acordo com a definição dada pela entrevistada é:

- (A) “o politicamente correto veio colocar racismo onde não havia”;
- (B) “o politicamente correto pretende melhorar o convívio”;
- (C) “o politicamente correto acaba com a liberdade de expressão”;
- (D) “o politicamente correto acaba com o preconceito”;
- (E) “o politicamente correto valoriza as minorias”.

**24**

Sobre uma nova espécie de droga, as *smart drugs*, a chamada para um texto de jornal diz o seguinte:

“Drogas apelidadas de *smart drugs* por supostamente aumentarem a inteligência ganham cada vez mais adeptos, apesar de pesquisas desmentirem seus efeitos”.

A substituição de um conectivo que está corretamente realizada é:

- (A) “por supostamente aumentarem” / já que supostamente aumentassem;
- (B) “por supostamente aumentarem” / visto que supostamente aumentavam;
- (C) “apesar de pesquisas desmentirem” / embora pesquisas desmentissem;
- (D) “apesar de pesquisas desmentirem” / ainda que pesquisas desmintam;
- (E) “apesar de pesquisas desmentirem” / mesmo que pesquisas desmentem.

**25**

“Pensamos com o idioma; se é mal usado, pensaremos mal!”  
(Fernando Lázaro Carreter)

Para esse linguista, a função da língua escrita é:

- (A) preservar o saber construído;
- (B) produzir conhecimentos;
- (C) criar arte;
- (D) memorizar dados;
- (E) manter valores político-sociais.

**Texto 7**

“O voo de Santos Dumont foi fruto de uma idéia revolucionária, assim como os micro-computadores e a rede que hoje chamamos de Internet”.

**26**

O texto 7 é um trecho de redação escolar que não obedece às modificações propostas pelo Novo Acordo Ortográfico, além de cometer outros erros ortográficos já condenados no Acordo anterior.

As palavras que mostram desobediência ao Novo Acordo são:

- (A) rêde / revolucionária / micro-computadores;
- (B) micro-computadores / rêde / Internet;
- (C) voo / rêde / micro-computadores;
- (D) rêde / Internet / voo;
- (E) Internet / rêde / revolucionária.

**27**

No texto 7, o segmento “ideia revolucionária” poderia ter trocado a ordem de suas palavras (revolucionária ideia) sem que isso modificasse suas classes gramaticais; a opção abaixo em que isso também ocorre é:

- (A) nova escultura;
- (B) jovem professora;
- (C) imigrante trabalhador;
- (D) velho pescador;
- (E) fanático marxista.

**28**

A manchete principal do *Jornal do Brasil* de 18/09/2018 mostrava o seguinte:

INSS só aliviará contas se incluir juízes e deputados

Uma outra maneira de reescrever essa frase, mantendo o seu sentido original, é:

- (A) Só INSS aliviará contas de incluir juízes e deputados;
- (B) INSS aliviará só contas de incluir juízes e deputados;
- (C) INSS aliviará contas só se incluir juízes e deputados;
- (D) INSS aliviará contas se incluir só juízes e deputados;
- (E) INSS aliviará contas se incluir juízes e só deputados.

**29**

Observe o corpo do texto de um aviso oficial:

Senhor Ministro,

Convida-se V. Ex<sup>cia</sup>. a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional sobre Economia de Energia, a ser realizado em 5 de março próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, localizada aqui pertinho, no Setor de Áreas Isoladas Sul, nesta capital.

O Seminário mencionado inclui-se nas atividades do Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos, instituído pelo Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990, que procura, juntamente com outras iniciativas, racionalizar a utilização de aparelhos elétricos, lâmpadas etc. nos prédios públicos.

A única característica da redação oficial que é respeitada neste documento é:

- (A) a formalidade;
- (B) a impessoalidade;
- (C) a correção gramatical;
- (D) a concisão;
- (E) a padronização.

**30**

Aviso nº 45/SCT-PR

Brasília, 27 de fevereiro de 1991.

A Sua Excelência o Senhor

Fabício Miranda

Ministro do Meio Ambiente

Assunto: Seminário sobre economia de energia

Esse é o início de um texto representativo da redação oficial. Sobre os componentes acima indicados, a única informação INCORRETA é:

- (A) "Aviso" indica o tipo de expediente;
- (B) 45 indica o número sequencial de produção no ano de 1991;
- (C) SCT é a sigla do órgão expedidor;
- (D) PR identifica o estado do destinatário;
- (E) "Assunto" indica o conteúdo temático do texto.

**NOÇÕES DE DIREITO****31**

A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe o exercício da assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94), dentre suas funções institucionais, destaca-se a de:

- (A) exercer o controle externo da atividade policial, com o escopo de tutelar o interesse difuso da coletividade de viver em paz social;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, em favor de vítimas de crimes consideradas hipossuficientes;
- (C) executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, exceto quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao aparelhamento da Defensoria;
- (D) prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- (E) oferecer orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, na fase judicial, vedada a atuação para solução dos litígios na esfera extrajudicial.

**32**

Com o escopo de garantir às Defensorias Públicas dos Estados mecanismos que lhes possibilitem cumprir suas funções constitucionais, o ordenamento jurídico lhes assegurou autonomia funcional, administrativa e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária.

Nesse sentido, em matéria orçamentária, consoante dispõe a Lei Orgânica Nacional, as Defensorias Públicas Estaduais:

- (A) têm suas propostas orçamentárias elaboradas pelo Chefe do Poder Executivo, atendendo aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, que as encaminhará aos respectivos Tribunais de Contas estaduais;
- (B) podem realizar despesas que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais;
- (C) recebem do Poder Executivo os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, até o dia 5 (cinco) de cada mês ou outra data estabelecida na Constituição Estadual;
- (D) expedem suas decisões orçamentárias próprias, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, com eficácia limitada e executoriedade condicionada à concordância do Chefe do Poder Executivo;
- (E) são submetidas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo, mediante controle externo, em especial quanto à legalidade, legitimidade e aplicação de suas dotações e recursos.



**33**

A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado e de promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Ouvidor-Geral:

- (A) é escolhido pelo Defensor Público-Geral do Estado, dentre integrantes estáveis da carreira, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em cargo de dedicação exclusiva;
- (B) tem competência para propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado, após processo administrativo disciplinar;
- (C) é escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução;
- (D) tem competência para manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (E) tem atribuição para decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições.

**34**

O IBGE divulgou a Síntese de Indicadores Sociais 2017 informando que um quarto da população brasileira (52,168 milhões de brasileiros) estava abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial em 2016 e vivia com renda mensal de até R\$ 387,07.

Com o objetivo de contribuir na política pública de combate às desigualdades sociais, a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública estabelece que a Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados e:

- (A) deverá primar pela centralização de sua organização, a fim de viabilizar o eficiente atendimento aos hipossuficientes, que deve ser promovido exclusivamente com disciplinas da área jurídica;
- (B) defenderá privativa e judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, com destaque para ações afirmativas e demarcatórias de terras em favor da coletividade indígena;
- (C) comunicar-se-á, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando esses se acharem presos ou detidos, exceto se incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos prisionais, mediante prévio agendamento;
- (D) receberá intimação, nos processos em que oficia e em qualquer grau de jurisdição ou instância administrativa, mediante publicação no Diário Oficial, contando-se em dobro todos os prazos;
- (E) poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

**35**

Todo início do mês, após receber seus vencimentos, Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, comemora, em seu horário de almoço, bebendo vários copos de chope e retorna, em seguida, para o Departamento de Recursos Humanos, onde está lotada. No mês passado, no dia do pagamento, Maria retornou do almoço para a repartição e, visivelmente embriagada, fez um striptease, tirando suas roupas durante dança sensual, sendo a incontinência pública e escandalosa presenciada por diversos servidores.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, após o devido processo administrativo disciplinar, Maria:

- (A) não está sujeita à pena disciplinar, pois não houve prejuízo ao erário;
- (B) não está sujeita à pena disciplinar, mas deve receber uma advertência verbal de seu superior hierárquico;
- (C) está sujeita à pena disciplinar de repreensão;
- (D) está sujeita à pena disciplinar de suspensão até 90 (noventa) dias;
- (E) está sujeita à pena disciplinar de demissão.

**36**

A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
- (B) inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
- (C) unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- (D) indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

**37**

Com o objetivo de investir na formação e na qualificação continuada de seus servidores, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar contratação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com determinada sociedade empresária de notória especialização. Estudos preliminares realizados revelaram que o valor proposto pela futura eventual contratada de cento e cinquenta mil reais atende à economicidade, eis que compatível com o valor de mercado.

No caso em tela, o Defensor Público-Geral do Estado:

- (A) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato;
- (B) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade concorrência, diante do valor do contrato;
- (C) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade convite, diante do valor do contrato;
- (D) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal;
- (E) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal.

**38**

Em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade do administrador público que o pratica, o ato de primeira lotação de um Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública aprovado em concurso público em determinado órgão e o ato de remoção por antiguidade de um Defensor Público são, respectivamente, chamados de atos:

- (A) simples e de império;
- (B) discricionário e vinculado;
- (C) enunciativo e de gestão;
- (D) declaratório e constitutivo;
- (E) administrativo e finalístico.

**39**

Maria procurou atendimento no órgão da Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação de revisão de alimentos, para majorar o valor da pensão alimentícia que seu ex-marido Mário paga para os filhos menores em comum. Para provar que o pai das crianças possui elevada renda não declarada, Maria apresentou ao Defensor Público pen-drive contendo áudio de ligação telefônica interceptada diretamente por ela, no qual Mário conversa com uma mulher, confessando auferir 50 mil reais por mês mediante trabalho informal.

No caso em tela, com base no texto constitucional, o Defensor Público:

- (A) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, com fundamento no áudio trazido, que será imediatamente juntado aos autos, para fins de comprovação do alegado, diante da indisponibilidade do direito dos filhos menores;
- (B) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a interceptação de futuras comunicações telefônicas de Mário, para tentar obter nova prova de sua ampla possibilidade de prestar alimentos aos filhos menores;
- (C) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a juntada do áudio contendo a interceptação feita por ela da conversa telefônica em que Mário confessou possuir renda extra não contabilizada;
- (D) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de instrução de qualquer tipo de processo;
- (E) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**40**

Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com especialidade em Psicologia, com o objetivo de aumentar sua renda mensal, deseja prestar novo concurso público.

Sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, de acordo com as normas constitucionais sobre a matéria, Maria:

- (A) não pode acumular dois cargos públicos, em qualquer hipótese;
- (B) não pode acumular dois cargos públicos, exceto se obtiver autorização expressa do Defensor Público-Geral do Estado;
- (C) pode acumular seu cargo atual com outro de professor, se houver compatibilidade de horários;
- (D) pode acumular seu cargo atual com outro da área da segurança pública, se houver compatibilidade de horários;
- (E) pode acumular seu cargo atual com outro da área da educação ou saúde, se houver compatibilidade de horários.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

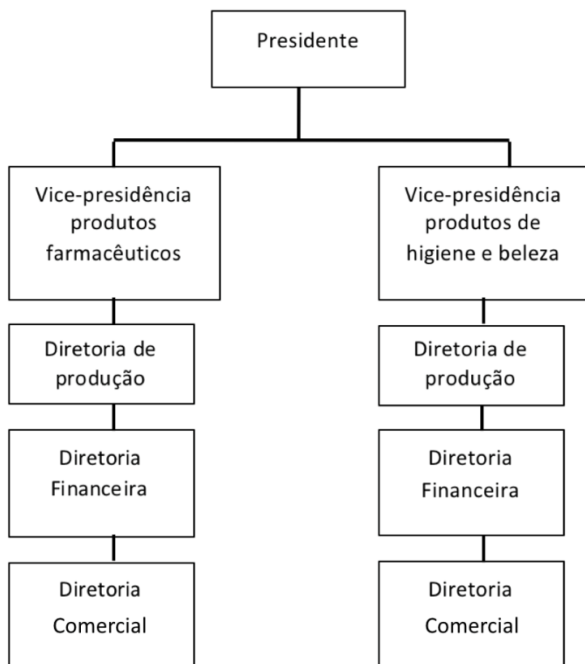
Um funcionário que ocupava um cargo de supervisor na área de recursos humanos de uma organização de grande porte dedicava boa parte do seu tempo à distribuição, entre os membros da sua equipe, das atividades e dos recursos necessários à sua realização. Ao ser promovido ao cargo de gerente, passou a se dedicar à representação da organização em negociações com sindicatos.

O papel desempenhado pelo funcionário como supervisor e o papel desempenhado como gerente são, respectivamente:

- (A) interpessoal, de líder; interpessoal, de negociador;
- (B) decisório, de administrador de recursos; decisório, de negociador;
- (C) decisório, de solucionador de conflitos; informacional, de porta-voz;
- (D) informacional, de monitor; interpessoal, de símbolo;
- (E) decisório, de administrador de recursos; informacional, de porta-voz.

42

A figura abaixo representa a departamentalização em uma organização fictícia XPTO.



O tipo de departamentalização adotado pela XPTO e uma de suas vantagens são, respectivamente:

- (A) funcional; agrupar especialistas;
- (B) funcional e por processo; favorecer a inovação;
- (C) por produto e por processo; maximizar os ganhos na cadeia de valor;
- (D) por produto; promover a descentralização;
- (E) por cliente; apresentar menores custos operacionais.

43

Em um órgão público foram efetivados cinco novos funcionários no setor financeiro, alocados na equipe responsável pelo pagamento a fornecedores. Os funcionários têm pouca experiência profissional, e o gerente responsável pelo setor gostaria de adotar formas de controle para evitar erros nos procedimentos de pagamento.

Seriam formas de controle preventivo e de controle simultâneo adequadas ao caso descrito, respectivamente:

- (A) definição de critérios para autorização de pagamentos; supervisão direta;
- (B) definição de regras de conduta; *feedback* de desempenho;
- (C) definição de alçadas decisórias de gastos; elaboração de código de ética;
- (D) definição de limites de gastos sem licitação; controle estatístico dos processos;
- (E) definição das competências necessárias ao cargo; trabalho em equipe.

44

Em todas as organizações, o trabalho dos funcionários é objeto do processo de controle, para garantir que os esforços sejam coordenados e direcionados ao atingimento dos objetivos organizacionais. Assim, técnicas comportamentais de controle são empregadas para assegurar que os funcionários estejam fazendo o que a organização espera deles.

É uma técnica de controle comportamental, entre outras:

- (A) levantamento das necessidades de treinamento;
- (B) delegação de autoridade;
- (C) desenho de cargos;
- (D) processo decisório participativo;
- (E) mapeamento de competências.

45

O diretor administrativo de uma fundação de pequeno porte, com atuação restrita a um município, gostaria de desenhar um sistema de controle como forma de monitorar o desempenho de processos e pessoas. A fundação tem poucos níveis hierárquicos, a cultura organizacional é participativa e, uma vez que o trabalho dos funcionários é altamente especializado, a liderança do órgão sempre leva em consideração a opinião e os pareceres técnicos dos funcionários, constituindo um estilo democrático de liderança.

Tendo em vista as características de um sistema de controle eficaz, seria adequado adotar, no contexto descrito, os seguintes controles:

- (A) definição de padrões de desempenho; controle por motivação interna;
- (B) avaliações de desempenho por comissões; definição de código de ética;
- (C) controle por imposição externa; avaliação de desempenho 360 graus;
- (D) ajuste mútuo; *balanced scorecard*;
- (E) formalização das atribuições e responsabilidades; auditoria externa.

**46**

Uma das etapas da administração estratégica é a análise do ambiente externo à empresa. Essa análise permite que sejam identificadas ameaças e oportunidades ambientais para orientar o desenvolvimento de estratégias organizacionais. A análise de oportunidades começa com a identificação da estrutura genérica do setor, sendo quatro delas bastante comuns: setores fragmentados, setores emergentes, setores maduros e setores em declínio.

Nos setores maduros, entre as principais opções estratégicas para exploração de oportunidades estão as chamadas estratégias de:

- (A) colheita; inovação de processo;
- (B) alienação; liderança de mercado;
- (C) nicho de mercado; consolidação;
- (D) refinamento de produto; ênfase no serviço;
- (E) criação de custos de mudança para o cliente; liderança tecnológica.

**47**

Uma organização iniciou seu processo de gestão do conhecimento. As primeiras ações estruturadas consistiram na atualização dos manuais de apoio ao atendimento aos clientes, de acordo com a legislação vigente; e na gravação de vídeos pelos funcionários mais experientes, relatando suas experiências, dando “dicas” sobre atendimento aos clientes, como material de um treinamento a distância a ser futuramente ministrado aos novos funcionários.

Essas iniciativas representaram, respectivamente, processos de conversão do conhecimento conhecidos como:

- (A) externalização; socialização;
- (B) externalização; internalização;
- (C) combinação; externalização;
- (D) combinação; internalização;
- (E) socialização; externalização.

**48**

Em uma organização, o mapeamento de competências apontou a necessidade de desenvolver na força de trabalho a competência “liderança” – envolvendo as capacidades “determinação”, “empatia” e “cooperação”. A direção da organização quer que o desenvolvimento dessa competência seja priorizado nos diversos processos de gestão de pessoas.

Para tal fim, na situação descrita, seriam técnicas adequadas a serem adotadas nos processos de seleção e de treinamento e desenvolvimento, respectivamente:

- (A) entrevista não diretiva; capacitação em sala de aula;
- (B) entrevista padronizada; treinamento no cargo;
- (C) prova de capacidade; *coaching*;
- (D) testes psicológicos; leitura de livros e artigos;
- (E) testes de personalidade; treinamentos experienciais.

**49**

Uma gerente recebe diariamente cerca de 200 e-mails com as mais variadas informações: notícias selecionadas de jornal, comunicações internas, comunicações do sindicato, além dos e-mails do seu chefe, de seus subordinados e de outros clientes internos e externos. Recentemente, seu chefe perguntou por que ela não havia respondido adequadamente a uma determinada mensagem, em que eram solicitadas informações para um novo projeto.

A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

- (A) canal inadequado;
- (B) percepção seletiva;
- (C) linguagem;
- (D) sobrecarga de informações;
- (E) filtragem.

**50**

Em uma equipe de trabalho de cinco pessoas, os funcionários A e B se destacam pela capacidade de propor novas ideias e conceitos. O funcionário C prefere checar todos os fatos e números para evitar erros e inconsistências com as normas organizacionais. O funcionário D tem fortes habilidades analíticas e prefere avaliar diversas opções antes de tomar decisões. O funcionário E, o mais experiente do grupo, tende a não impor seus pontos de vista, buscando obter o máximo de informações antes de tomar suas decisões – com isso, influenciando a equipe a evitar decisões precipitadas.

Os papéis que A e B; C, D e E desempenham na equipe são, respectivamente, de:

- (A) criadores/inovadores; impulsor/organizador; assessor/desenvolvedor; conclusor/produzidor;
- (B) exploradores/promotores; controlador/inspetor; assessor/desenvolvedor; defensor/mantenedor;
- (C) impulsores/organizadores; relator/conselheiro; assessor/desenvolvedor; conector;
- (D) exploradores/promotores; defensor/mantenedor; relator/conselheiro; impulsor/organizador;
- (E) criadores/inovadores; controlador/inspetor; assessor/desenvolvedor; relator/conselheiro.

**51**

Uma gerente de um órgão público recebeu os resultados de uma pesquisa sobre percepções e expectativas de recompensa no trabalho realizada junto a sua equipe. Os resultados foram os seguintes: os membros da equipe desejam mais autonomia para a realização do trabalho; os membros da equipe se consideram capazes e gostariam de assumir mais responsabilidades do que as que têm no momento; a equipe considera que não está recebendo o *feedback* adequado sobre o seu desempenho. A gerente gostaria de realizar mudanças nos cargos e atribuições da equipe que permitissem estimular a motivação dos membros.

De acordo com as teorias de motivação, a equipe apresenta como necessidade no trabalho e seria uma mudança adequada nos cargos, respectivamente:

- (A) necessidade de poder; expansão vertical dos cargos e participação em projetos;
- (B) necessidade de poder; combinação de tarefas e abertura de canais de comunicação;
- (C) necessidade de afiliação; rotatividade dos cargos e estabelecimento de relacionamentos com os clientes internos;
- (D) necessidade de realização; participação em projetos e formação de unidades naturais de trabalho;
- (E) necessidade de realização; expansão vertical dos cargos e estabelecimento de relacionamentos com os clientes.

**52**

Em um órgão público, um gerente da área de finanças assumiu a gerência de recursos humanos. A área de recursos humanos não vem apresentando resultados satisfatórios, as tarefas são pouco estruturadas e não há metas bem definidas. Nesse quadro, a indicação foi justificada pela direção do órgão com base no estilo de liderança do gerente, orientado para a tarefa. O gerente enfrenta forte resistência por parte da equipe e tem pouca autonomia para recompensar, punir ou substituir os subordinados.

Na situação descrita, pela teoria da liderança contingencial de Fiedler, é correto afirmar que:

- (A) o estilo de liderança orientado para o relacionamento é o mais eficaz;
- (B) o estilo de liderança orientado para a tarefa é o mais eficaz;
- (C) o forte poder de posição torna qualquer estilo de liderança igualmente eficaz;
- (D) a resistência dos subordinados neutraliza o estilo de liderança orientado para a tarefa;
- (E) as tarefas pouco estruturadas neutralizam tanto o estilo de liderança orientado para o relacionamento quanto o orientado para a tarefa.

**53**

Uma organização adota estratégia de liderança em custo, com processo produtivo intensivo em mão de obra e tecnologia madura. Embora opere em um país com economia em recessão e com alta taxa de desemprego, a organização vai inaugurar uma nova unidade produtiva, com tecnologia avançada de produção que permite melhor aproveitamento das matérias-primas, menor consumo de energia e melhor qualidade dos produtos. A empresa precisa de mão de obra capacitada para operar a nova unidade produtiva.

Tendo em vista a situação e as condições descritas, seria adequado contemplar no planejamento de recursos humanos:

- (A) investimento em treinamento e uso de horas extras;
- (B) desligamentos e uso de banco de horas;
- (C) recrutamento externo e aumento das exigências aos candidatos;
- (D) redução de benefícios e transferências internas de funcionários;
- (E) políticas de retenção do capital humano e investimento em recrutamento.

**54**

O diretor de recursos humanos de um órgão público de grande porte está considerando a implantação da avaliação de desempenho 360 graus, em substituição à avaliação por comissão de avaliação, atualmente adotada no órgão. O diretor considera que a avaliação 360 graus permite uma perspectiva mais ampla do desempenho do avaliado.

No entanto, o método apresenta, entre suas desvantagens:

- (A) propensão ao efeito halo; não favorecer o planejamento de ações para melhoria do desempenho;
- (B) categorização dos avaliados por curva normal; complexidade de operacionalização;
- (C) propensão ao efeito de tendência central; sobrecarga de informação;
- (D) pouca participação do avaliado; propensão ao efeito halo;
- (E) complexidade de operacionalização; poder gerar informações conflitivas.

**55**

Na gestão estratégica de pessoas, os processos relativos à manutenção de pessoas referem-se aos esforços para manter os talentos motivados e satisfeitos com a organização, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e agradável, em suas dimensões físicas, psicológicas e sociais.

São indicadores adequados para mensuração desses processos:

- (A) tempo médio de preenchimento de vagas; índice de retenção de funcionários;
- (B) passivo trabalhista total; custo total das reclamações trabalhistas;
- (C) índice de promoções por cargo; horas de treinamento por empregado;
- (D) índice de empregados de alto potencial; número de acidentes de trabalho;
- (E) rotatividade; custo de treinamento por empregado.

56

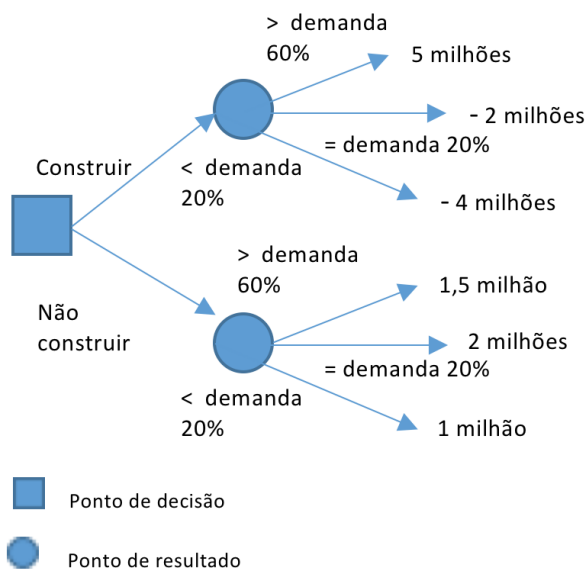
Uma organização opera em um ambiente estável e previsível. Nesse tipo de ambiente, é recomendado que a organização adote, no âmbito da gestão de sua cadeia de valor:

- (A) manutenção de baixos níveis de estoque e redução dos custos de produção;
- (B) escolha de fornecedores flexíveis e sistemas *just in time*;
- (C) manutenção de estoques na cadeia e busca de fornecedores de baixo custo;
- (D) estrutura organizacional por processos e priorização da flexibilidade na entrega dos produtos;
- (E) descentralização do processo de compras e priorização da rapidez na entrega dos produtos.

57

Uma organização está considerando, em suas estratégias, a construção de uma nova unidade de produção. As previsões são de 60% de aumento da demanda pelos produtos da empresa, de 20% de manutenção do nível de demanda e de 20% de redução da demanda. Para auxiliar o processo decisório, foi desenhada a árvore de decisão apresentada abaixo. Os resultados projetados (lucros líquidos ou prejuízos) são os apontados na figura a seguir.

Figura: árvore de decisão – construção de unidade produtiva



Considere que as opções são apenas as apontadas na árvore de decisão. A organização quer tomar a decisão pelo critério do maior valor esperado.

Por esse critério, a melhor decisão a tomar e o valor esperado dela são, respectivamente:

- (A) construir; valor esperado de 1,8 milhão;
- (B) construir; valor esperado de 5 milhões;
- (C) construir; valor esperado de 0,3 milhão;
- (D) não construir; valor esperado de 2 milhões;
- (E) não construir; valor esperado de 1,5 milhão.

58

Um gerente precisa definir o salário a ser pago para um especialista na área de engenharia, para um cargo novo na empresa. O gerente não tem ideia de qual seria o valor adequado, então decidiu perguntar ao único candidato à vaga quanto ele recebia no seu último emprego. A partir desse valor, o gerente propôs um salário 20% maior.

No seu processo de tomada de decisão, o gerente está incorrendo na armadilha psicológica conhecida como:

- (A) evidência confirmadora;
- (B) representatividade;
- (C) *framing*;
- (D) ancoragem;
- (E) associação pressuposta.

59

Um gerente, responsável pelo projeto de instalação de um sistema de refrigeração de ar em uma organização, precisa detalhar as atividades a serem feitas, a ordem em que devem acontecer, seus responsáveis, e a duração estimada de cada uma delas. O gerente gostaria de utilizar uma ferramenta adequada para auxiliá-lo na programação desse projeto.

O gerente poderia utilizar:

- (A) gráfico de Pareto;
- (B) matriz de prioridades;
- (C) gráfico de Gantt;
- (D) diagrama espinha de peixe;
- (E) gráfico de ciclo de vida.

60

Entre as várias etapas do desenho de uma rede PERT está a estimativa do tempo das principais atividades do projeto em foco.

O cálculo do tempo estimado de cada atividade da rede PERT leva em conta:

- (A) a estimativa pessimista para a atividade, as folgas totais e as folgas dependentes para a atividade;
- (B) a estimativa otimista, a estimativa pessimista e a estimativa mais provável para a atividade;
- (C) a estimativa mais provável para a atividade e o caminho crítico do projeto;
- (D) as folgas totais, a estimativa mais provável para a atividade e o tempo de espera para a atividade;
- (E) as atividades predecessoras, o caminho crítico do projeto e a estimativa pessimista para a atividade.

**61**

Um projeto de reforma de salas de um escritório, originalmente previsto para durar dez meses e com valor planejado total de R\$ 500.000,00, foi analisado, ao fim do quinto mês, pela técnica de EVA (*earned value analysis*).

A situação do projeto nessa data era:

PV = R\$ 250.000,00;

EV = R\$ 128.000,00; e

AC = R\$ 320.000,00.

O gerente do projeto quer estimar o indicador ETC (estimativa para concluir o projeto) como desempenho de custos, para dois cenários: o restante do projeto será executado de acordo com o valor planejado (PV); o restante do projeto seguirá a tendência do índice de performance de custo (CPI).

Os respectivos valores do ETC, para os dois cenários, são:

(A) R\$ 500.000; R\$ 372.000;

(B) R\$ 558.000; R\$ 500.000;

(C) R\$ 372.000; R\$ 930.000;

(D) R\$ 430.000; R\$ 700.000;

(E) R\$ 250.000; R\$ 870.000.

**62**

Um projeto com prazo previsto de quatro meses e custo total de R\$ 300.000,00 encontra-se, ao fim do segundo mês, na seguinte situação:

Planejado		Realizado	
Prazo	Valor	Custo	Valor entregue
Mês 1	75.000,00	72.000,00	58.000,00
Mês 2	150.000,00	160.000,00	120.000,00
Mês 3	225.000,00		
Mês 4	300.000,00		

O gerente responsável pelo projeto quer avaliá-lo, a fim de fazer previsões sobre seu desempenho, utilizando a técnica de EVA (*earned value analysis*). O gerente acredita que o restante do projeto seguirá as tendências do índice de performance de custo (CPI) e do índice de performance de prazo (SPI).

Na situação descrita e considerando-se as premissas do gerente, o custo final estimado do projeto quando concluído (EAC – *estimate at completion*) será:

(A) R\$ 300.000;

(B) R\$ 360.000;

(C) R\$ 460.000;

(D) R\$ 525.000;

(E) R\$ 540.000.

**63**

Um hospital mantém estoque anual médio avaliado em R\$ 4.000.000,00 e estoque mínimo de R\$ 500.000,00.

O hospital estima que os custos de armazenagem são de 8% ao ano, os custos de risco de manutenção do estoque (associados a danos, perdas, obsolescência e deterioração) são de 5% ao ano e o custo de capital é de 10% ao ano.

Na situação descrita, o custo anual de manutenção do estoque é de:

(A) 920.000 reais;

(B) 805.000 reais;

(C) 520.000 reais;

(D) 455.000 reais;

(E) 420.000 reais.

**64**

No estoque de um órgão público constavam, em 2 de abril, 600 unidades de determinado material de escritório, ao preço unitário de R\$ 10,00. No dia 12 de abril, entraram no estoque mais 400 unidades do material, ao preço de R\$ 12,00 por unidade. No dia 28 de abril, saíram do estoque 200 unidades desse material. Não houve outras movimentações no estoque.

Em 30 de abril, o valor do saldo do estoque do material, calculado pelo método do custo médio, era de:

(A) R\$ 8.400;

(B) R\$ 8.600;

(C) R\$ 8.640;

(D) R\$ 8.720;

(E) R\$ 8.800.

**65**

Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de resmas de papel. O montante anual despendido com o material permite que as aquisições sejam efetuadas por compra direta, e o custo de pedido é de R\$ 80,00. O consumo mensal de resmas é, em média, de 100 unidades, o estoque de segurança é de 40 unidades e o tempo de ressurgimento é de nove dias corridos.

Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

(A) 40 unidades;

(B) 60 unidades;

(C) 65 unidades;

(D) 70 unidades;

(E) 72 unidades.

**66**

A Administração Pública Burocrática ganha força no Brasil em 1938, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que tinha entre seus objetivos o implemento dos princípios da estrutura burocrática à Administração Pública do país, em particular do Governo Federal. Esse modelo de administração burocrática surge com o intuito de eliminar os aspectos patrimonialistas da Administração Pública brasileira, por meio de uma lógica racional-legal, com o objetivo de reduzir a corrupção.

Embora tenha sido responsável por mudanças positivas para a Administração Pública brasileira, o modelo de Administração Pública Burocrática trouxe consigo algumas disfunções, a exemplo de:

- (A) preocupação excessiva com o resultado, deixando as regras procedimentais em segundo plano;
- (B) perda de controle sobre a comunicação e do controle decisório, em função da autoridade horizontal;
- (C) dificuldade de respostas às mudanças do meio externo, dando prioridade às questões internas do sistema;
- (D) baixa profissionalização, decorrente do favorecimento de promoção por antiguidade em detrimento do merecimento;
- (E) aumento das práticas clientelistas, resultante da restrição de tratamentos isonômicos apenas aos indivíduos pertencentes à estrutura pública ou política.

**67**

O Modelo de Excelência em Gestão Pública, instituído para ser utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, como base na busca pela melhoria na qualidade, possui entre seus fundamentos:

- (A) pensamento sistêmico;
- (B) geração de valor de mercado;
- (C) foco na eficiência e legalidade;
- (D) comprometimento com o cliente;
- (E) impacto de curto prazo.

**68**

O Governo do País Alfa, com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais entre os habitantes da comunidade, decide implementar políticas públicas que beneficiem apenas grupos específicos e que sejam custeadas por outros atores, que não os beneficiários.

Com base na tipologia proposta por Lowi quanto às classes de políticas públicas, o governo deve realizar políticas:

- (A) regulatórias, a exemplo da instituição de regras para segurança alimentar para alimentos básicos;
- (B) distributivas, a exemplo da instituição de salário-desemprego para demitidos sem justa causa;
- (C) constitutivas, a exemplo da instituição de reforma agrária para terras que não cumprem a função social;
- (D) redistributivas, a exemplo das cotas raciais no acesso às universidades;
- (E) enunciativas, a exemplo do bolsa-família para indivíduos de baixa renda.

**69**

Após a apreciação das contas do chefe de Poder Executivo do Estado “X”, o Tribunal de Contas do Estado emitiu um parecer positivo pela aprovação das contas, afastando as suspeitas de irregularidades na gestão do governador.

Na situação apresentada, evidencia-se que o Tribunal de Contas realizou uma ação relacionada ao controle:

- (A) externo;
- (B) interno;
- (C) social;
- (D) administrativo;
- (E) judicial.

**70**

Conforme previsto na Constituição da República de 1988, o Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos do planejamento público, que estabelece “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Em relação ao processo orçamentário do PPA e a sua vigência relativamente ao mandato do chefe do Poder Executivo, é correto afirmar que:

- (A) sua vigência se confunde com o mandato, vigendo durante os quatro anos do governo;
- (B) entra em vigor no segundo ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do primeiro ano do mandato seguinte;
- (C) entra em vigor no terceiro ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do segundo ano do mandato seguinte;
- (D) entra em vigor no quarto ano do mandato, mantendo-se vigente até o final do terceiro ano do mandato seguinte;
- (E) tem a vigência prescrita em decreto específico do chefe do Poder Executivo, podendo variar entre dois e quatro anos desde o início do mandato.

**71**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma importante inovação trazida pela Constituição da República de 1988 ao ordenamento político brasileiro, estipulando metas e prioridades da Administração Pública.

Trata-se de uma de suas atribuições constitucionais:

- (A) conter reserva de contingência com a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos;
- (B) fixar prazos para elaboração das leis orçamentárias, enquanto não houver a edição de lei ordinária específica para a matéria;
- (C) modificar e atualizar elementos materiais da legislação tributária;
- (D) dispor sobre alterações nas despesas de capital no exercício corrente;
- (E) estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.



**72**

A situação deficitária das contas públicas do governo federal fez com que candidatos à presidência nas eleições de 2018 propusessem mudanças drásticas na técnica de elaboração do orçamento utilizada pelo governo. Uma dessas propostas apresentava a necessidade de que os gestores públicos justificassem anualmente de forma detalhada cada gasto público empregado, sem compromisso com qualquer montante inicial de dotação.

Trata-se de técnica conhecida como orçamento:

- (A) clássico;
- (B) programa;
- (C) base-zero;
- (D) por desempenho;
- (E) de teto móvel.

**73**

“Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) identificou 491 consórcios públicos em todo o Brasil. De acordo com o mapeamento inédito, do total de 5.568 municípios, mais de 4 mil participam de pelo menos um consórcio público, pessoa jurídica que executa a gestão de serviços públicos”.

A notícia, retirada do site da Agência Brasil, faz referência à personalidade jurídica conhecida por consórcio público, disciplinada pela Lei nº 11.107/05.

Quanto ao consórcio público, é correto afirmar que:

- (A) é equivalente aos órgãos públicos, representando parte da Administração Direta de todos os entes participantes;
- (B) necessita do firmamento de convênios especiais entre os partícipes para o repasse de recursos públicos;
- (C) seus cargos podem ser preenchidos sem a necessidade de realização de concurso público, desde que respeite regulamento próprio;
- (D) poderá ser constituído tanto como pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado;
- (E) pode exonerar os funcionários sem motivação, desde que extinta a atividade geradora da formação do consórcio.

**74**

A existência de eleições livres e justas é um dos elementos essenciais para a democracia de um país. É por meio delas que o povo adquire o poder de expressar sua satisfação ou insatisfação com a atuação de seus governantes e as políticas públicas executadas.

Nesse sentido, o mecanismo representado pelo voto, por meio do qual a população exerce controle sobre os seus governantes, é conhecido como:

- (A) governança;
- (B) governabilidade;
- (C) *accountability* vertical;
- (D) *accountability* horizontal;
- (E) gestão *top-down*.

**75**

Em relação às formas de descentralização e desconcentração administrativa, analise os itens a seguir.

- I. A descentralização por serviços institui uma entidade da administração indireta, contanto que seja criada por meio de lei específica.
- II. A descentralização por colaboração transfere a titularidade de execução da atividade da Administração Pública para a iniciativa privada, por meio de contrato ou ato unilateral.
- III. A desconcentração administrativa permite a criação de órgão com personalidade jurídica de direito público, mas sem capacidade processual.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

**76**

Hércules, diretor-executivo de uma multinacional do setor de varejo, recebe um convite do Presidente da República para assumir cargo de diretor-geral de uma agência reguladora federal.

Entusiasmado com a oportunidade, mas com receio de abandonar seu emprego seguro na multinacional, Hércules pergunta ao seu amigo Aquiles, destacado jurista, sobre a possibilidade de perda de mandato de dirigentes das agências reguladoras. Aquiles informa, corretamente, que:

- (A) por ter natureza jurídica de cargo comissionado, os cargos de dirigentes das agências reguladoras são caracterizados como de livre nomeação e exoneração;
- (B) embora a estabilidade, por tempo determinado, seja a regra, a lei instituidora da agência pode prever condições diferentes para a perda de cargo dos dirigentes;
- (C) devido ao seu caráter político, o dirigente de agência reguladora só poderá ser substituído após cumprido integralmente seu mandato;
- (D) em razão de a nomeação ser realizada por meio de processo seletivo simplificado, sua demissão será feita apenas pelo plenário do Congresso Federal;
- (E) com o objetivo de garantir a autonomia das agências reguladoras no cumprimento de seus deveres funcionais, é assegurada a vitaliciedade aos seus dirigentes.

**77**

Determinado dirigente de órgão público vinculado à Defensoria Pública recebe a incumbência de implementar a gestão por resultados no âmbito das atividades do órgão.

Com base no contexto e nas propostas da gestão por resultados, é correto esperar que o dirigente promova, como uma de suas ações:

- (A) a equiparação remuneratória entre as carreiras do órgão, inibindo o conflito disfuncional;
- (B) a reformulação incremental da cultura organizacional, visando à verticalização da linha de comando;
- (C) o desenvolvimento dos mecanismos de prestação de contas, permitindo aumento da responsabilização dos servidores;
- (D) a redução das tarefas executadas no órgão, garantindo a majoração do índice de produtividade;
- (E) a implementação de bonificação por tempo de serviço, efetivando a utilização dos incentivos procedimentais.

**78**

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro decide promover um mutirão para oferecer assistência jurídica aos presos, visando reduzir a população carcerária do Estado em 10%.

Após a apuração do resultado do mutirão, verificou-se que a redução foi de apenas 5%, permitindo a constatação de que o mutirão foi falho em relação à:

- (A) eficiência;
- (B) eficácia;
- (C) excelência;
- (D) economicidade;
- (E) execução.

**79**

Suponha que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ) inicie procedimento licitatório para a aquisição de computadores a serem utilizados pelo órgão, tendo em vista a chegada dos novos servidores admitidos no concurso público previsto, e que, no entanto, por motivos desconhecidos, não apareçam interessados na licitação. Além disso, ficou comprovado que, em decorrência da proximidade do concurso, não será possível a realização de novo procedimento sem prejuízo para a Administração Pública.

Considerando o ocorrido, excepcionalmente, será permitido que a DPE-RJ realize:

- (A) a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, desde que sejam mantidas todas as condições preestabelecidas;
- (B) a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, facultando-se mudanças nas condições para viabilizar o acordo;
- (C) a contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, valendo-se da necessidade de respeitar o princípio da continuidade do serviço público;
- (D) a contratação indireta, por meio de inexigibilidade de licitação, contanto que seja registrada no termo contratual a impossibilidade de competição;
- (E) a execução direta, por meio do uso de sistema de registro de preços, justificada pela relação da aquisição com o cumprimento das atividades-fim do órgão.

**80**

Em uma situação hipotética, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após regular processo licitatório, firma um contrato administrativo com empreiteira para a realização de uma reforma no prédio onde está estabelecida sua sede. No decorrer da obra, no entanto, a Defensoria Pública realiza um concurso público para a admissão de novos servidores, tornando necessárias mudanças não previstas na reforma, que trarão um aumento nos custos, e reajuste no valor pago à empreiteira pela obra, no montante de 30%.

No caso em questão, é correto afirmar que:

- (A) é direito do contratado recusar a mudança, podendo ensejar rescisão amigável;
- (B) é direito do contratado recusar a mudança, considerando que as prerrogativas da Administração Pública são limitadas ao acréscimo de 25% na obra;
- (C) é direito do contratado recusar a mudança, tendo por base o pressuposto do direito adquirido;
- (D) é obrigação legal do contratado aceitar a mudança, tendo em vista as cláusulas exorbitantes do acordo;
- (E) é obrigação legal do contratado aceitar a mudança, visto que, em decorrência da supremacia do interesse público, não são considerados limites na alteração do valor total do projeto, contanto que seu equilíbrio econômico-financeiro seja preservado.



Realização

